e Territorial através da Gestão da Atividade Minerária.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
MICHELLE ABRAHÃO ABDON

Diretora de Administração e Finanças

Portaria nº 066/2024 - DAF/SEDEME, 12 de abril de 2024

Nome: Edilson Rodrigues Holles/Matricula: nº 8005710/Cargo/Função: Motorista/Lotação: DAF/Origem: Belem-PA/Destino: Benevides e Castanha-PA/Período: 25/04/2024/Valor unitário: R\$ 308,84/Diárias: 0,5 (meia)/Importância a ser paga: R\$ 154,42/Objetivo: Conduzir veículo oficial para transporte de servidores em atividade Institucional.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
MICHELLE ABRAHÃO ABDON

Diretora de Administração e Finanças

Portaria nº 067/2024 - DAF/SEDEME, 15 de abril de 2024

Nome: Edilson Rodrigues Holles/Matricula: nº 8005710/Cargo/Função: Motorista/Lotação: DAF/Origem: Belem-PA/Destino: Abaetetuba, Barcarena, Moju e Acará-PA/Período: 22 a 27/04/2024/Valor unitário: R\$ 308,84/Diárias: 5,5 (cinco e meia)/Importância a ser paga: R\$ 1.698,62/Objetivo: Conduzir veículo oficial para transporte de servidores em atividade Institucional.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
MICHELLE ABRAHÃO ABDON

Diretora de Administração e Finanças

Portaria nº 068/2024 - DAF/SEDEME, 15 de abril de 2024

Nome: Edilson Rodrigues Holles/Matricula: nº 8005710/Cargo/Função: Motorista/Lotação: DAF/Origem: Belem-PA/Destino: Ananindeua e Marituba-PA/Período: 24/04/2024/Valor unitário: R\$ 308,84/Diárias: 0,5 (meia)/Importância a ser paga: R\$ 154,42/Objetivo: Conduzir veículo oficial para transporte de servidores em atividade Institucional.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
MICHELLE ABRAHÃO ABDON

Diretora de Administração e Finanças

Portaria nº 069/2024 - DAF/SEDEME, 15 de abril de 2024

Nome: Luziane Sena Abreu/Matricula: nº 5946200/Cargo/Função: Coordenador/Lotação: DCOOP/Origem: Belem-PA/Destino: Marabá e Parauapebas-PA/Período: 14 a 18/04/2024/Valor unitário: R\$ 308,84/Diárias: 4,5 (quatro e meia)/Importância a ser paga: R\$ 1.389,78/Objetivo: Participar das Oficinas dos Encontros regionalizados temáticos.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
MICHELLE ABRAHÃO ABDON

Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 1063124

OUTRAS MATÉRIAS

RESOLUÇÃO Nº 005, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa ITAPAIUNA ALIMENTOS LTDA.

A COMISSÃO DA POLÍTICA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ, no exercício de suas atribuições legais; Considerando o disposto na Lei nº 6.914, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às Indústrias da Pecuária; Considerando o disposto no Decreto nº 2.491, de 6 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento da Lei nº 6.914, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às Indústrias da Pecuária; Considerando as deliberações da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, na 1ª Reunião Ordinária do Plenário, realizada em 01 de abril de 2024; e Considerando o Processo SEDEME nº 2023/675674, de 13 de junho de 2023. RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido crédito presumido no percentual de 90% (noventa por cento), calculado sobre o débito do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas saídas interestaduais dos produtos fabricados neste Estado pela empresa ITAPAIUNA ALIMENTOS LTDA., inscrita no Cadastro de Contribuintes de ICMS sob o nº 15.618.256-4, vedado o aproveitamento de quaisquer créditos fiscais, devendo, inclusive, ser estornado qualquer resíduo de crédito, ainda que a empresa efetue saídas para o exterior.

§ 1º A Nota Fiscal, na respectiva operação, será emitida pela alíquota estabelecida para cada caso, observado os critérios de cálculo previstos na legislação estadual.

§ 2º As Notas Fiscais de Saída serão escrituradas no livro Registro de Saída normalmente, utilizando-se a coluna "Operações com Débito do Imposto".

§ 3º A apropriação do crédito presumido far-se-á diretamente no livro Registro de Apuração do ICMS, no campo "Outros Créditos", seguida da observação: "Crédito Presumido, conforme Resolução nº 005, de 01 de abril de 2024".

§ 4º A apuração do imposto devido dos produtos de que trata o caput deste artigo deverá ser efetuada em separado das demais mercadorias não beneficiadas por esta Resolução.

Art. 2º Fica reduzida em 90% (noventa por cento), a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas saídas internas dos produtos fabricados neste Estado pela empresa ITAPAIUNA ALIMENTOS LTDA., inscrita no Cadastro de Contribuintes de ICMS sob o nº 15.618.256-4, com aproveitamento proporcional dos créditos fiscais.

Art. 3º Fica diferido o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente nas aquisições em operações interestaduais, do diferencial de alíquota de ICMS, de máquinas e equipamentos de fabricação nacional, destinados ao processo produtivo da empresa ITAPAIUNA ALIMENTOS LTDA., inscrita no Cadastro de Contribuintes de ICMS sob o nº 15.618.256-4.

§ 1º O diferimento de que trata este artigo será concedido, em cada caso, por despacho do Secretário de Estado da Fazenda, mediante requerimento instruído, obrigatoriamente, com cópia das Notas Fiscais das máquinas e equipamentos e Atestado emitido pela Secretaria Operacional da Comissão da Política de Incentivos.

§ 2º O benefício fiscal de que trata este artigo não terá efeito retroativo em relação às máquinas e equipamentos adquiridos antes da vigência desta Resolução.

§ 3º O imposto diferido de que trata este artigo será recolhido, englobadamente, na subseqüente saída tributada do produto.

Art. 4º O tratamento tributário previsto nesta Resolução poderá ser revogado e todos os seus efeitos serão considerados nulos, tornando-se devido o imposto corrigido monetariamente e acrescido das penalidades legais, na hipótese de descumprimento:

I - Da legislação que rege a matéria;

II - Das metas constantes do Projeto da empresa e aprovadas pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

Art. 5º Fica estabelecido que qualquer alteração no projeto aprovado, por meio desta Resolução, deverá ser previamente comunicada e submetida à aprovação da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, na forma de projeto de revisão, sob pena de serem aplicadas as penalidades estabelecidas na legislação.

Art. 6º Fica atribuído à pessoa jurídica o dever de comunicar qualquer alteração no quadro societário, forma de constituição societária ou outra alteração pertinente, cuja eficácia do ato, para efeito da continuidade da fruição do fiscal ou financeiro, está condicionada à ulterior aprovação da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

§ 1º Ressalvada a possibilidade de revisão, em caso de dolo ou fraude ou incompatibilidade com o benefício concedido, mediante contraditório e ampla defesa, considera-se tacitamente aprovada a alteração após 06 (seis) meses da comunicação formal à Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

§ 2º A aprovação da alteração pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará não prejudica a vigência do benefício.

Art. 7º A empresa ITAPAIUNA ALIMENTOS LTDA., inscrita no Cadastro de Contribuintes de ICMS sob o nº 15.618.256-4 fica obrigada, a partir da publicação desta Resolução, a cumprir as exigências dispostas no art. 8º do Decreto nº 2.491, de 06 de outubro de 2006, junto ao Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, comprovando seu cumprimento por meio da apresentação do Atestado de Idoneidade, semestralmente, à Comissão da Política de Incentivos.

Art. 8º A empresa ITAPAIUNA ALIMENTOS LTDA., inscrita no Cadastro de Contribuintes de ICMS sob o nº 15.618.256-4 fica obrigada a fixar, em frente à instalação física de seu empreendimento, placa de promoção e divulgação, conforme modelo aprovado pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

Art. 9º A empresa ITAPAIUNA ALIMENTOS LTDA., inscrita no Cadastro de Contribuintes de ICMS sob o nº 15.618.256-4 deverá especificar em suas embalagens a frase "Produzido no Pará", conforme aprovado pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos por 15 (quinze) anos, condicionado ao que estabelece a Lei Complementar Federal nº 160, de 7 de agosto de 2017 e inciso I da Cláusula Décima do Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017 não podendo seu prazo de fruição ultrapassar 31 de dezembro de 2032.

Sala de Reuniões da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, em 01 de abril de 2024.

PAULO EDUARDO MAESTRI BENGTON

Presidente da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará

Protocolo: 1062973

RESOLUÇÃO Nº 008, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa PRIME SEAFOOD LTDA.

A COMISSÃO DA POLÍTICA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ, no exercício de suas atribuições legais; Considerando o disposto na Lei nº 6.912, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às Indústrias do Pescado; Considerando o disposto no Decreto nº 2.489, de 6 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento da Lei nº 6.912, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às Indústrias do Pescado; Considerando as deliberações da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, na 1ª Reunião Ordinária do Plenário, realizada em 01 de abril de 2024; e Considerando o Processo SEDEME nº 2023/456336, de 19 de abril de 2023. RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido crédito presumido no percentual de 90% (noventa por cento), calculado sobre o débito do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas saídas interestaduais dos produtos fabricados neste Estado pela empresa PRIME SEAFOOD LTDA., inscrita no Cadastro de Contribuintes de ICMS sob